

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.996 - SC (2019/0361275-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FAUSTINO FARFUS  
**ADVOGADOS** : CARLOS ZAMPROGNA - SC008306  
ALAN JORGE BREIER - SC036874  
**AGRAVADO** : ITACIR BAO  
**ADVOGADOS** : SILVIO CESAR CENCI - SC018562  
GENIELI CRISTINA DE LUCCA - SC038249

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO MONITÓRIA. ALEGAÇÃO DE AGIOTAGEM. DECISÃO BASEADA NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DO JULGADO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

ITACIR BAO (ITACIR) ajuizou ação monitória contra FAUSTINO FARFUS (FAUSTINO), em decorrência de negócios jurídicos realizados para fomentar a atividade agrícola de duas propriedades rurais.

Os embargos monitórios foram rejeitados e o pedido formulado por ITACIR foi julgado procedente (e-STJ, fls. 97/99).

Os embargos de declaração opostos por FAUSTINO foram rejeitados (e-STJ, fls. 108/109).

A apelação interposta por FAUSTINO foi desprovida pelo TJSC, nos termos da seguinte ementa:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITORIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DO RÉU. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE AGIOTAGEM. NOTA PROMISSÓRIA E CHEQUE. TÍTULOS DOTADOS DE AUTONOMIA, ABSTRAÇÃO E LITERALIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA QUE PUDESSE DESCONSTITUIR AS CÁRTULAS. ÔNUS DO QUAL O RÉU/APELANTE NÃO SE DESINCUMBIU. DESCUMPRIMENTO DO ART. 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO QUE SE IMPÕE. ART. 85, § 11º, DO CPC E OBSERVÂNCIA ÀS ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO ED. NO AI DO RESP. 1.573.573/RJ DO STJ. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO (e-STJ fl. 151)*

Inconformado, FAUSTINO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 1º e 3º da MP nº 2.172-32, ao sustentar que os indícios probatórios são suficientes para aplicar a inversão do ônus da prova, bem como concluir que houve a prática de agiotagem (e-STJ, fls. 160/172)

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 178/184).

O apelo nobre não foi admitido em virtude da incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 186/187).

Nas razões do presente agravo em recurso especial, FAUSTINO sustentou, em síntese, a inaplicabilidade dos óbices sumulares (e-STJ, fls. 189/195).

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 198/200).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Da alegada ofensa aos arts. 1º e 3º da MP nº 2.172-32

FAUSTINO insurgiu-se sustentando, em suma, que os indícios probatórios são suficientes para aplicar a inversão do ônus da prova, bem como concluir que houve a prática de agiotagem.

O TJSC, após análise do conjunto fático probatório dos autos, afastou as alegações de FAUSTINO, ressaltando que ele não se desincumbiu do ônus comprobatório que lhe competia. Concluiu que não houve *prova mínima, robusta ou contundente capaz de elucidar a prática de agiotagem* (e-STJ, fl. 156). Destacam-se os trechos do acórdão recorrido:

*O apelante não pode simplesmente lançar teses sem a devida comprovação, principalmente no tocante a cobrança de juros leoninos pelo apelado. Inclusive, é para se questionar ao apelante qual a relação entre a sua dificuldade financeira e a emissão de títulos de crédito (cheque e nota promissória) com a eventual*

*prática de agiotagem do apelado?*

*Também não é possível vislumbrar sintoma da prática aduzida pelo simples fato do apelado ter admitido que realizou "negócios jurídicos" com o apelante, assim como o fato de lhe ter emprestado dinheiro.*

*Dessa forma, repete-se, ao analisar detidamente os elementos que integram o caderno probatório, conclui-se inexistir prova mínima, robusta ou contundente capaz de elucidar a prática de agiotagem.*

*Ademais, não existem nos autos nenhuma comprovação que afaste a inadimplência do apelante quanto aos cheques e a nota promissória, pois, nos termos do art. 324 do Código Civil, a entrega dos títulos ao devedor firma a presunção do pagamento, pois já se disse:*

*A posse de cheque em mãos do credor faz presumir o não pagamento. A prova testemunhal não é hábil para comprovar pagamento de dívida garantida por cheque, eis que a quitação só se opera com a devolução do título ao emitente, ou por recibo ou declaração em separado, com a expressa designação das características da cártula quitada. (Turma de Recursos/SC Ap.*

*Civ. n. 408/94, rel. Juiz JAIME RAMOS, DJE n. 9.188, de 06.03.95, p. 07).*

*Portanto, a argumentação do apelante não logra êxito, eis que não se desincumbiu do ônus de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo ao direito ao crédito do credor quanto aos cheques e a nota promissória, inexistindo prova alguma de que as cártulas foram emitidas para resguardar a prática de agiotagem, motivo pelo qual o recurso não merece provimento (e-STJ fls. 156/157)*

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o TJSC, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

**MAJORO** em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de FAUSTINO, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator